



# **PERCEPÇÕES DOS PAIS DE ADOLESCENTES DEFICIENTES INTELLECTUAIS MODERADOS SOBRE QUE ATITUDES SUAS CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTODETERMINAÇÃO DE SEU FILHO – DADOS PRELIMINARES**

Sandra Beltrão Tavares Costa (1); Eduardo Gomes Onofre

UCES – Universidad de Ciencias Empresariales e Sociales – [sbtcosta@hotmail.com](mailto:sbtcosta@hotmail.com)

## **Resumo**

É importante que as pessoas contem com oportunidades para adquirir conhecimentos, habilidades e crenças que vão incrementar sua autodeterminação, definida como processo educativo que capacita o indivíduo a viver de forma independente. No caso de pais de deficientes intelectuais, seus filhos podem ter capacidades necessárias para chegar à autodeterminação, mas não lhes propiciam oportunidades para desenvolvê-las. Assim, questionamos: quais as percepções dos pais de adolescentes, entre 15 e 18 anos, deficientes intelectuais moderados sobre que atitudes suas contribuem para o desenvolvimento da autodeterminação de seu filho? O objetivo deste trabalho é expor e discutir criticamente os dados preliminares de nossa pesquisa, que tem como objetivo geral analisar as percepções dos pais e mães sobre a autodeterminação de seus filhos adolescentes ente 13 e 18 anos, com deficiência intelectual moderada. Como objetivos específicos temos identificar as percepções de pais e mães sobre a autonomia, crenças de eficácia e autoconsciência de seu filho adolescente entre 13 e 15 anos e entre 16 e 18 anos, com deficiência intelectual moderada e Comparar as percepções de pais e mães sobre a autonomia, crenças de eficácia e autocontrole de seu filho adolescente entre 13 e 15 anos e entre 16 e 18 anos, com deficiência intelectual moderada. Utilizamos como instrumento para coleta de dados uma entrevista semiestruturada, que tem como base a escala de autodeterminação. Os dados serão analisados através da análise de conteúdo. A apresentação da metodologia que inclui uma amostra piloto permite refletir sobre dados suplementares aos conhecimentos ancorados por outros autores, em relação às atitudes dos pais que contribuem para o estabelecimento de comportamentos autodeterminados.

Palavras-chaves: autodeterminação; deficiência intelectual; percepções.

## **Introdução**

A família, grupo social primário, contribui para o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, apresentando funções primordiais, função biológica, sobrevivência do indivíduo e psicológica, base do desenvolvimento afetivo e cognitivo.

As pessoas têm crenças relacionadas à deficiência, criadas em função de suas limitações orgânicas, baseadas na natureza da deficiência e não em suas possibilidades. Na deficiência intelectual existe crenças relacionadas à incapacidade que perpetuam uma superproteção além do esperado para uma pessoa sem as mesmas características.



A puberdade ocorrerá na pessoa com deficiência intelectual, caso não tenha nenhuma doença concomitante, da mesma forma que nos adolescentes considerados “típicos”. A autodeterminação é uma característica fundamental desta etapa da vida. Assim, questionamos: quais são as percepções de pais e mães sobre autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada, entre 13 e 18 anos?

Wehmeyer (1995) define a conduta autodeterminada como comportamentos e competências obrigatórias para proceder como principal agente causal de sua própria vida e para fazer escolhas de suas ações, livre de controle ou interferências externas inadequadas. O termo agente pode ser definido como pessoa que executa, tendo a intenção de provocar uma reação ou efeito, frente a algo ou alguém.

Wehmeyer define os componentes que compõem uma conduta autodeterminada da seguinte forma:

- A. Autonomia → se refere à independência (cuidados pessoais, tarefas domésticas e intervenção com o ambiente). Capacidade de escolha, como atuar em função de suas prioridades, crenças e interesses, inclusive no tempo livre, grau de participação e interação com a comunidade, planos, experiências pessoais e preferências.
- B. Crenças de Eficácia/controlê → consiste na percepção de “crenças motivadoras”, autocontrole, autoeficácia e expectativa de êxito.
- C. Autoconsciência → conhecimentos de suas emoções, capacidades, limitações, e em que grau são influenciados pelos outros ou por suas próprias motivações.

Consideramos importante os conceitos da Teoria das Representações Sociais para fundamentar nossos estudos sobre as percepções dos pais dos adolescentes com deficiência intelectual.

A Teoria das Representações Sociais originou-se na França, pelo sociólogo Serge Moscovici se consolidando com a publicação de “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, em 1961.

Jodelet define a representação social como um tipo particular de conhecimento, o saber do senso comum, cuja natureza revela a operação de processos generativos e funcionais socialmente delimitados. Representações sociais são, portanto, entendidas não apenas como produtos, mas



como processos, buscando detectar sinais a respeito das condições e dos contextos nos quais elas passam a existir, seus aspectos simbólicos e as funções a que servem, buscando entender como e porque são estabelecidas e mantidas (JODELET, 1990).

Estão nesta construção a objetivação e a ancoragem, dois processos sociocognitivos. A objetivação entendida com a transformação de conceitos ou ideias em imagens concretas e a ancoragem seria a composição de uma rede de interpretações em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais. Estes dois aspectos sociocognitivos tornam familiar algo desconhecido e, de certo modo, ausente (JODELET, op.cit).

Jodelet (1990, 2001) particulariza suas diferentes fases. Quando descreve a objetivação, aponta três etapas: (a) a construção seletiva, quando o sujeito se apropria das informações sobre o objeto, detendo informações e desconhecendo outras, concebendo critérios culturais e normativos ditados por valores e experiências; (b) a esquematização estruturante ou formação do núcleo figurativo, resumindo e materializando o objeto da representação numa imagem coerente e facilmente explicável; e (c) a naturalização dos dados ordenados por esse núcleo.

Quanto à ancoragem, Jodelet (1990) assinala três etapas: (a) como atribuição de sentido, percepção de uma rede de significados em torno do objeto na qual ele é inserido; (b) como instrumentalização do saber, seria um sistema de interpretação formulado pelo sujeito que funciona como um código que permitirá classificar indivíduos e acontecimentos; e (c) como enraizamento no sistema de pensamento, integrando o novo sobre o já alcançado, podendo prevalecer esquemas persistentes ou modelos antigos que podem ser modificados.

Objetivação e ancoragem são intrinsecamente relacionadas e permitem explicar: (a) como o objeto e significado são representados; (b) de que maneira a representação é empregada como sistema de interpretação do mundo social e instrumentaliza a conduta; (c) como ocorre sua integração em um sistema de recepção e como influencia e é influenciada pelos dados encontrados.

A representação é, portanto, uma reconstrução do objeto, significada pelo sujeito a serviço de suas necessidades e interesses, podendo levar a uma discrepância entre objeto reconstruído e o seu referente, evidenciada pelas distorções, as suplementações e as subtrações. Na distorção, atributos do objeto são ressaltados ou minimizados; na suplementação são conferidas ao objeto

qualidades que ele não possui; e na subtração, condições que pertencem ao objeto são extintas (JODELET, 2001).

## **Método**

A amostra foi composta por dois casais (pai e mãe) de adolescentes com deficiência intelectual moderada, com idades correspondendo a 13 e 18 anos.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada que teve como base a Escala de Autodeterminação. Foi alicerçada por um guia de tópicos e perguntas, onde o entrevistador teve a liberdade de adicionar perguntas para explicar conceitos e conseguir novas informações acerca da temática abordada, ou seja, nem todas as perguntas estavam predeterminadas. Esta entrevista foi apenas um guia geral de conteúdo, tendo o entrevistador total liberdade para mudar o ritmo, teor e composição (SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 2010). Os dados das entrevistas foram analisados através da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

### **Estudo preliminar para elaboração da entrevista semiestruturada**

Realizamos um estudo de validade de conteúdo desta entrevista semiestruturada, com a participação de Psicólogos Especialistas em Educação Especial e Linguistas.

A validade de conteúdo comumente é avaliada através de um julgamento de especialistas, e no caso da Psicologia é a principal estratégia de estimação (ESCOBAR-PERES e CUEVO-MARTÍNEZ, 2008). Os juízes foram selecionados segundo os seguintes critérios: experiência em linguística e educação especial, serem mestres ou doutores. O julgamento foi realizado levando-se em conta os seguintes passos: preparação de planilha e instruções, seleção dos juízes, explicação do conteúdo e avaliação de forma individual.

Após a tradução da escala de autodeterminação por um especialista, submetemos esta tradução à avaliação de um juiz. Linguista, Especialista em Língua inglesa, professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com experiência em traduções. Sua análise da tradução da Escala de Autodeterminação ARC originalmente em inglês foi favorável, não foram identificados erros.



Os juízes selecionados para avaliar as questões feitas a partir da escala seguiram o seguinte guia: a) Estabelecimento da equivalência semântica, b) Análise da entrevista semiestruturada tendo como base a Escala de Autodeterminação - ASC, c) Análise das perguntas da entrevista semiestruturada, se cumprem seu objetivo (relevância, suficiência, pertinência e clareza). Com os resultados desta análise, poderemos eliminar itens irrelevantes ou modificá-los de acordo com os objetivos do presente estudo e das variações socioculturais.

O primeiro juiz, Psicóloga, Doutoranda em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia, professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, experiência em educação especial. Este juiz considerou que as questões respondiam ao que estava proposto.

O segundo juiz, Psicólogo, Doutor em Sociologia, Mestre em Psicologia, professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, experiência em educação inclusiva. Este juiz respondeu à tabela e não fez observações. No entanto, concordou com o primeiro juiz em suas respostas.

### **Discussão dos resultados**

Sempre buscamos perceber nossa relação com o mundo que nos cerca, sendo imprescindível nos ajustar, nos conduzir, nos localizar física ou intelectualmente, identificar e resolver dificuldades advindas dele. Eis o porquê de construirmos representações, partilhamos o mundo com outros, neles nos amparamos, às vezes aceitando; outras, discordando. Por isso as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos conduzem na maneira de nomear e deliberar em conjunto os distintos aspectos de nossa realidade diária, em nosso modo de explicar, defendê-la ou de adotar uma atitude a seu respeito. Elas circundam nosso discurso, são carregadas pelas palavras, transportadas nas mensagens, imagens difundidas pela mídia e cristalizadas em nossos comportamentos.

Durante nossa análise nos tópicos relacionados à autonomia, as mães manifestaram crença de incapacidade e falta de consciência da necessidade de experiência de aprendizagem (mãe 1), crença da capacidade, mas aliada à falta de oportunidades de experiências de aprendizagem (mãe 2) e ambas relataram crenças na dependência.

Nas perguntas relacionadas à crença na eficácia e controle, identificamos nas mães crença na incapacidade, consciência da ausência de estímulos à independência, medo do futuro e



transferência de responsabilidade para os irmãos ou parentes próximos e consciência da dependência aliada ao medo das dificuldades advindas do meio (mãe 1).

No tópico autoconsciência, lhes são atribuídas crenças na impossibilidade de desenvolvê-la e na capacidade de perceber suas limitações intelectuais.

Nos pais as perguntas relacionadas a autonomia foram apontadas consciência da superproteção, crença na incapacidade e crença na capacidade aliada à consciência da falta de oportunidade de experiência de aprendizagem para autonomia.

Em crenças na eficácia e autocontrole os pais relatam preocupação com o futuro, crença na incapacidade e culpabilização da mãe pelas dificuldades percebidas (pai 1).

Mesmo com uma amostra pequena dois casais (pai e mãe) observamos que os pais, diferente das mães, têm crenças relacionadas à superproteção e incapacidade, porém têm mais consciência da ausência de promoção de condutas autodeterminadas. Outro dado só observado nos pais é a culpabilização das mães pelas dificuldades relacionadas à crenças na eficácia e autocontrole.

Neste contexto, pais e mães de adolescentes com deficiência intelectual moderada têm representações que vão preencher de alguma forma, as funções de manutenção na identidade social e de equilíbrio sociocognitivo, os quais se encontram ligados. Isto pode estar relacionado às defesas mobilizadas pela invasão do novo e desconhecido, quando na relação com seu filho. Ancoragem, por sua vez, funcionará como o estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens, tornando os objetos mais resistentes e cristalizados (MOSCOVICI, 1976, apud VALA, 1993).

Estas percepções fazem da deficiência intelectual um quadro orgânico imutável, é necessário aceitar o inevitável, criando um obstáculo que impede a possibilidade de autodeterminação.

Não há um movimento para ancoragem visando familiarizar as vivências, transformá-la para a integrar no universo do pensamento pré-existente, trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e pode, assim, incluir todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social e ideacional (MOSCOVICI, 1976).



Já a objetivação a concretizaria, uma vez que a que a representação social se forma com o objetivo de dar um sentido para aquilo que é estranho e novo (MOSCOVICI, 1976). Mas a doença é quase sempre uma ameaça na vida das pessoas. Ao darmos um sentido para ela, ao representá-la dentro de nós, poderíamos torná-la não só mais próxima e familiar, mas também mais compreensível em nosso universo, por isso tentamos entender a percepção que os pais e mães têm sobre autodeterminação em seu filho adolescente com deficiência intelectual moderada, entre os 13 e os 18 anos.

### **Considerações Finais**

O objetivo deste artigo foi analisar as percepções de pais e mães sobre autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada, entre 13 e 18 anos, a partir dos dados de um estudo piloto realizado com dois casais (pai e mãe).

A análise preliminar aponta que, com relação aos tópicos pertinentes à autonomia, os pais e mães manifestaram crença de incapacidade e falta de consciência da necessidade de experiência de aprendizagem, crença da capacidade, mas aliada à falta de oportunidades de experiências de aprendizagem, crenças na dependência. Apenas os pais apresentaram consciência da superproteção.

Quanto à crença na eficácia e controle, os pais e mães expuseram crença na incapacidade, consciência da ausência de estímulos à independência, medo do futuro e transferência de responsabilidade para os irmãos ou parentes próximos e consciência da dependência aliada ao medo das dificuldades advindas do meio. Mais uma vez só os pais relacionaram as crenças na incapacidade, ao mesmo tempo que culparam a mãe dificuldades percebidas.

No tópico autoconsciência, pais e mães exibiram crenças na impossibilidade de desenvolvê-la e na capacidade do filho de perceber suas limitações intelectuais.

Assim, uma investigação sobre a percepção dos pais e mães sobre autodeterminação pode contribuir para melhoria da qualidade de vida destes indivíduos com deficiência intelectual.

### **Referências**



Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Editora 70, 1977.

Escobar- Perese Cuevo-Martínez. Validez de contenido y juicio de expertos: una aproximación a su utilización. *Avances en Medición*, 6, 27–36, 2008.

Jodelet, D. *Représentation Sociale: phénomène, concept et théorie*. Ins. Moscovici, S. (dir). *Psychologie Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

-----Representações Sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, Denise. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Moscovici, S. *La psychanalyse, son image et son public* (2ème ed.). Paris, PUF, 1976.

Peralta, F., Zulueta, A. e González-Torres, C. La Escala de Autodeterminación de ARC. Apresentação de um Estudo Piloto. *Siglo Cero*, 33(3), 5-14, 2002.

Sampieri, R. H., Collado, C. F. e Lucil, M. del P. B. *Metodología de la investigación*. Educación, México, 2010.

Vala, J. “Representações Sociais - Para uma Psicologia Social do Pensamento Social”, in: VALA, J. & MONTEIRO, M. B. (Coord.): *Psicologia Social*, cap. XIII, 353-384. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1993.

Wehmeyer, M. L. e Metzler, C. A. How self-determined are people with mental retardation? *The National Consumer Survey. Mental Retardation*, 33(2), 111-119, 1995.

Wehmeyer, M.L., Abery, B., Mithaug, D.E., e Stancliffe, R.J. *Theory in Self-Determination: Foundations for Educational Practice*. Springfield, IL: Charles C Thomas Publisher, LTD, 2003.